

Abreu lamenta ação dos políticos

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, declarou que seu colega da Fazenda, Mailson da Nóbrega, não emitiu uma opinião, mas apenas fez uma constatação, ao responsabilizar o Congresso Nacional por dificultar a execução do programa de ajuste econômico interno. O titular da Seplan lamentou a atuação dos parlamentares, ao lembrar que a operação desmonte, que previa a extinção de algumas estatais do Governo Federal, tinha como objetivo reestruturar os gastos públicos em função de sua receita, que com a nova Constituição, foi reduzida.

“Não sei o que esses órgãos vão fazer”, disse o ministro, referindo-se à decisão do Congresso de manter empresas como Geipot, Embrater e EBTU, além de restabelecer o Incra, que havia sido incorporado ao extinto Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), no final de 1987, pelo Decreto-Lei 2363. Para o ministro, a decisão do Congresso não chegou a reverter, mas compromete a política do Governo Federal de combater os gastos públicos.

Ele ponderou que, agora, Estados e municípios, que contam com mais recursos, deveriam suportar mais encargos, já que o Governo Federal não pode financiar estes órgãos em razão da falta de recursos.

TRANQUILIZANDO

O titular da Seplan tranquilizou os servidores públicos relacionados na ampla lista — com mais de 14

mil nomes —, que deverão esclarecer à Secretaria de Recursos Humanos do Planejamento sua situação funcional. Ele recordou que esta lista, obtida a partir de uma maior, onde estavam relacionados cerca de 120 mil servidores públicos federais, enumera apenas aqueles casos em que a Seplan não conseguiu, através da utilização de seus cadastros, comprovar a licitude.